



Santander Auto S.A.

CNPJ nº 30.617.319/0001-21

portal.santanderauto.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

da companhia é oferecer as melhores experiências para clientes, corretores, parceiros e colaboradores, fortalecendo cada dia mais sua cultura e trabalhando fortemente para manter o ótimo desempenho de todas as marcas. **Política de distribuição e reinvestimento de lucros:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido, ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. **Cumprimento das Disposições sobre Política de Equidade previstas na Lei nº 15.177/2025**

Tabela - Política de Equidade (Lei nº 15.177/2025) - Grupo HDI		
Indicador	2025	2024
Mulheres - Líderes	36%	35%
Mulheres - Não Líderes	56%	54%
Executivos - Mulheres	16%	17%
Conselho - Mulheres	17%	14%
Remuneração feminina vs. masculina - Líderes	78%	77%
Remuneração feminina vs. masculina - Não Líderes	79%	81%

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)				
ATIVO.....	Nota	2025	2024	
CIRCULANTE.....		370.938	170.197	
Disponível.....		2.009	1.550	
Caixa e bancos.....		2.009	1.550	
Aplicações.....	5	101.980	85.420	
Créditos das operações com seguros e resseguros..	6a	44.559	33.238	
Prêmios a receber.....	6b	43.843	32.874	
Operações com resseguradoras.....		716	364	
Outros créditos operacionais.....		610	375	
Ativos de resseguros e retrocessão.....	7a	2	2	
Títulos e créditos a receber.....		3.205	2.167	
Títulos e créditos a receber.....	8.1	656	—	
Créditos tributários e previdenciários.....	8.2	2.340	2.099	
Outros créditos.....		209	68	
Outros valores e bens.....	9a	4.445	3.833	
Bens à venda.....		4.445	3.833	
Despesas antecipadas.....		39	38	
Custos de aquisição diferidos.....	10	214.089	43.574	
Seguros.....		214.089	43.574	
ATIVO NÃO CIRCULANTE.....		285.781	232.137	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO.....		280.341	226.374	
Aplicações.....	5	273.396	217.208	
Títulos e créditos a receber.....		2.878	3.191	
Créditos tributários e previdenciários.....	8b	2.878	3.191	
Custos de aquisição diferidos.....	10a	4.067	5.975	
Seguros.....		4.067	5.975	
IMOBILIZADO.....	11a	13	334	
Bens móveis.....		13	334	
INTANGÍVEL.....	12a	5.427	5.429	
Outros intangíveis.....		5.427	5.429	
TOTAL DO ATIVO.....		656.719	402.334	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)						
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros retenção de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023.....	41.000	3.329	29.169	27	—	73.525
Ajuste adoção inicial CPC 48.....	—	—	(79)	1	—	(78)
Ajuste a valor justo das aplicações financeiras.....	—	—	—	38	—	38
Perdas esperadas de ativos financeiros.....	—	—	—	1	—	1
Lucro líquido do exercício.....	—	—	—	—	51.576	51.576
Proposta para distribuição do resultado:						
Reserva legal.....	—	2.579	—	—	(2.579)	—
Reserva de retenção de lucros.....	—	—	36.747	—	(36.747)	—
Juros sobre o capital próprio.....	—	—	—	—	(5.060)	(5.060)
Dividendos.....	—	—	—	—	(7.190)	(7.190)
Saldos em 31 de dezembro de 2024.....	41.000	5.908	65.837	67	—	112.812
Ajuste a valor justo das aplicações financeiras.....	—	—	—	70	—	70
Lucro líquido do exercício.....	—	—	—	—	72.978	72.978
Proposta para distribuição do resultado:						
Reserva legal.....	—	2.292	—	—	(2.292)	—
Reserva de retenção de lucros.....	—	—	53.712	—	(53.712)	—
Juros sobre o capital próprio.....	—	—	—	—	(9.765)	(9.765)
Dividendos.....	—	—	(55.398)	—	(7.209)	(62.607)
Saldos em 31 de dezembro de 2025.....	41.000	8.200	64.151	137	—	113.488

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Santander Auto S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as modalidades de seguros de ramos elementares em todo o território nacional. O endereço da sede da Companhia é Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041/2235, 19º andar, Parte - Vila Olímpia, São Paulo. O capital da Companhia é detido em bases iguais pelas empresas HDI Seguros S.A. e Sancap Investimentos e Participações S.A. Os controladores em última instância são a HDI V.a.G. com sede em Hannover - Alemanha e Banco Santander S.A. com sede em Madri - Espanha.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em atendimento à Circular SUSEP nº 648/21 e suas alterações, bem como os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aprovados pela SUSEP. A Autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em reunião realizada em 24 de fevereiro de 2026, e sua aprovação ocorreu pelo Conselho de Administração na mesma data. **2.1 Base para mensuração e apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional, utilizando o custo histórico como base, exceto para certos ativos financeiros mensurados ao valor justo. A moeda funcional e de apresentação é o Real (R\$). As informações estão expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.2 Uso de estimativas e julgamentos:** Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração aplicou estimativas e julgamentos que impactam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores registrados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas podem ser revistas caso ocorram alterações nas circunstâncias que lhes deram origem ou em decorrência de novas informações ou maior experiência, sendo que os efeitos dessas revisões são reconhecidos prospectivamente. As notas explicativas indicadas a seguir apresentam informações sobre julgamentos relevantes na aplicação das políticas contábeis, que possuem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos, bem como sobre incertezas relacionadas às estimativas que podem resultar em desfechos significativamente diferentes dos valores contabilizados: • Notas 3.13 e 3.14 - Classificação e mensuração dos contratos de seguro; • Notas 3.2 e 5 - Instrumentos financeiros (aplicações financeiras); • Notas 3.7 e 16 - Provisões técnicas; • Notas 3.12 e 17 - Provisões judiciais; • Nota 8.2 - Créditos tributários e previdenciários. **2.3 Novas normas e interpretações:** **2.3.1. Mudanças de políticas contábeis e divulgação adotadas pela Companhia:** Alteração na classificação contábil dos Prêmios a Restituir: A partir de 1º de janeiro de 2025, conforme determinado pela Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores, a Companhia passou a contabilizar os Prêmios a Restituir no Grupo Provisões Técnicas - Seguros, até então contabilizados no grupo Outras contas a pagar. O balanço patrimonial de 2024, apresentado para fins de comparação, não foi representado para incorporar tal alteração, conforme determinado pela SUSEP por meio do OFÍCIO CIRCULAR ELETRÔNICO Nº 4/2025/COMOC/CGMOP/DISUP/SUSEP. **2.3.2. Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** **CPC 50 - Contratos de Seguro (IFRS 17):** O Pronunciamento CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguro emitido. Requer também princípios semelhantes para serem aplicados aos contratos de resseguro mantidos e aos contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de maneira que representem fielmente tais contratos. Essas informações fornecem a base para que usuários das demonstrações financeiras avaliem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. O CPC 50 será aplicável quando referendado pela SUSEP.

2.3.3. Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

Normas emitidas pela IFRS® Foundation

As seguintes alterações foram emitidas pela IFRS® Foundation, mas não estavam em vigor para o exercício de 2025. Ressalta-se que a adoção antecipada não é permitida no Brasil, conforme determinações da SUSEP e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

Norma	Objetivo Principal	Data de Vigência
Melhorias anuais volume 11 (IFRS 10, IFRS 9, IFRS 1, IFRS 7/IAS 7)	Ajustes pontuais para clareza e consistência em consolidação, instrumentos financeiros e apresentação de fluxos de caixa.	01/01/2026
Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7	Revisão na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo contratos vinculados à geração de energia.	01/01/2026
IFRS 18 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras	Substitui parte do IAS 1, trazendo maior comparabilidade e transparência na apresentação das demonstrações.	01/01/2027 (aplicação retrospectiva)
IFRS 19 - Subsidiárias sem obrigação pública de prestação de contas	Simplificação para subsidiárias que aplicam IFRS sem obrigação pública de prestação de contas.	01/01/2027

A Companhia ainda não concluiu e dos impactos da futura adoção dessas normas sobre suas demonstrações financeiras, quando aplicável.

Reforma tributária: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que institui a Reforma Tributária sobre o consumo, alterando a estrutura de tributos federais, estaduais e municipais, com impactos relevantes para o setor de seguros. A implementação ocorrerá de forma gradual, conforme cronograma definido pela legislação e regulamentações complementares. As Leis Complementares 214/2025 e 227/2026 definem as regras operacionais, alíquotas e obrigações acessórias aplicáveis ao setor. **Impactos e implementações futuras para seguradoras:** A Reforma implicará ajustes nos processos de apuração, sistemas de faturamento, modelos de precificação e obrigações acessórias, exigindo adequação às novas regras de incidência sobre operações de seguros. **Plano de implementação da companhia:** A Companhia já elaborou seu plano de implantação das alterações necessárias, com base na regulamentação vigente e nos sistemas e modelos disponíveis até a presente data. A Companhia já iniciou estudos para adequação às mudanças previstas. **Implementação global das regras do modelo "Pilar Dois" da OCDE:** Em dezembro de 2021, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois, que visam reformar a tributação corporativa internacional para garantir que grupos multinacionais paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva calculada nesse modelo é denominada *GloBE effective tax rate*. Essas regras dependem de aprovação pela legislação local de cada país. Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro, permitindo isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes da implementação do Pilar Dois. No Brasil, a Lei nº 15.079, de 27 de dezembro de 2024, instituiu, a partir de 1º de janeiro de 2025, um adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para empresas multinacionais, como parte da adaptação às Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária (Regras *GloBE*). O objetivo é garantir tributação mínima efetiva de 15% sobre os lucros gerados, alinhando-se ao modelo da OCDE e assegurando que os tributos sejam recolhidos na jurisdição onde os lucros foram gerados. A Companhia realizou o teste de *safe harbor* e não espera aumento da carga tributária no Brasil em decorrência da aplicação das referidas regras.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem numerário disponível em caixa, saldos em contas bancárias e aplicações financeiras com vencimento original inferior a 90 dias, contados a partir da data de aquisição, que apresentam insignificante risco de alteração no valor justo. Esses ativos são utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia e estão registrados na rubrica "caixa e bancos" nas demonstrações financeiras. **3.2 Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros em uma das seguintes categorias: valor justo por meio do resultado, custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). A classificação e mensuração de ativos financeiros dependem do modelo de negócios no qual são administrados e das características de seus fluxos de caixa (*Solely Payment of Principal and Interest Test - SPPI Test*). **Modelo de negócios:** representa a forma como é efetuada a gestão dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou iii) outros. Para avaliar os modelos de negócios, a Companhia considera os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração. Quando o ativo financeiro é mantido nos modelos de negócios i) e ii) é necessária a aplicação do *SPPI Test*. **SPPI Test:** avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exposição a alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de *commodities*, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas. A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado. **i. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR):** São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja aquisição tem a principal finalidade de gerar resultados em curto prazo por meio de negociações frequentes. Esses ativos são registrados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. Esses ativos são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento. **ii. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Caso o ativo financeiro seja mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto, então tais ativos financeiros são classificados como custo amortizado. Esses ativos são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **iii. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são ativos

Indicadores baseados em salário mediano e remuneração média (fixa, variável e eventual). A metodologia compara grupos amplos sem considerar função específica, área, senioridade ou desempenho, não atendendo aos critérios da Lei 14.611/2023 e do art. 461 da CLT, que exigem comparação por função equivalente ou trabalho de igual valor. **Agradecimentos:** Agradecemos aos corretores que mantêm operações com o Grupo HDI e Santander, pelo trabalho conjunto e pela confiança renovada com a qual fomos distinguidos; aos nossos clientes; às autoridades da Superintendência de Seguros Privados, pela orientação e atenção dispensadas; e aos nossos colaboradores, pela sua dedicação.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)			
	Nota	2025	2024
Prêmios emitidos.....	19.1	655.556	354.977
Variações das provisões técnicas de prêmios.....	19.2	(244.576)	(56.290)
PRÊMIOS GANHOS.....		410.980	298.687
Sinistros ocorridos.....	19.3	(115.688)	(107.910)
Custos de aquisição.....	19.4	(134.129)	(66.964)
Outras receitas e despesas operacionais.....	19.5	(12.879)	(8.448)
Resultado com resseguro.....	19.6	(741)	(315)
Receita com resseguro.....		(127)	334
Despesa com resseguro.....		(614)	(649)
Despesas administrativas.....	19.7.1	(59.410)	(50.948)
Despesas com tributos.....	19.7.2	(16.763)	(11.671)
Resultado financeiro.....	19.8	43.962	28.826
RESULTADO OPERACIONAL.....		115.332	81.257
Ganhos ou perdas com ativos não correntes.....		71	—
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES.....		115.403	81.257
Imposto de renda.....	19.9	(25.475)	(17.393)
Contribuição social.....	19.9	(15.853)	(10.926)
Participações sobre o lucro.....		(1.097)	(1.362)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....		72.978	51.576
Quantidade de ações.....		44.903.896	44.903.896
Lucro líquido por ação - R\$.....		1,63	1,15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)		
	2025	2024

Lucro líquido do exercício.....	72.978	51.576
Ajuste a valor justo das aplicações financeiras.....	116	63
Imposto de renda e contribuição social sobre os resultados abrangentes.....	(46)	(25)
Perdas esperadas de ativos financeiros.....	—	1
Resultados abrangentes.....	70	39
Total dos resultados abrangentes.....	73.048	51.615

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)		
	2025	2024
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício.....	72.978	51.576
Ajustes para:		
Variações das provisões técnicas de prêmios.....	244.576	56.290
Variação do custo de aquisição diferido.....	(168.607)	(13.871)
Variação da despesa de resseguro.....	614	(1)
Depreciações e amortizações.....	1.344	1.421
Perdas esperadas de ativos financeiros.....	199	206
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações.....	(72.748)	(66.762)
Créditos das operações de seguros e resseguros.....	(11.519)	(17.990)
Outros créditos operacionais.....	(235)	(276)
Ativos de resseguros e retrocessões - provisões técnicas.....	(614)	(1)
Títulos e créditos a receber.....	(725)	(2.466)
Outros valores e bens.....	(612)	(2.682)
Despesas antecipadas.....	(1)	143
Contas a pagar.....	52.991	12.653
Débitos de operações com seguros e resseguros.....	6.370	4.819
Depósito de terceiros.....	1.095	3.783
Provisões técnicas - seguros.....	(5.101)	11.332
Outros débitos.....	(19)	63
Caixa gerado pelas operações.....	119.986	38.237
Impostos sobre o lucro pago.....	(39.016)	(30.374)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais.....	80.970	7.863
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível.....	(1.021)	(1.532)
Ganho e perda em ativo imobilizado.....	71	—
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento.....	(950)	(1.532)
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio pagos.....	(79.561)	(5.060)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento ...	(79.561)	(5.060)
Aumento/Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa.....	459	1.271
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício.....	1.550	279
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício.....	2.009	1.550
Aumento/Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa.....	459	1.271

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

financeiros dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos financeiros são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários. **iv. Determinação do valor justo:** Valor justo dos ativos financeiros é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado na data de balanço. O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Ativos com valores divulgados em domínio público como Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão tiveram seu valor justo de acordo com a divulgação dessas fontes. O valor justo de ativos financeiros não cotados em mercados ativos é calculado através de técnicas e metodologias de valorização apropriadas, tais como: uso de recentes transações de mercado, referência ao valor justo de outro instrumento que seja substancialmente similar, fluxo de caixa descontado ou modelos específicos de precificação utilizados pelo mercado. **v. Perda de crédito esperada para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** A mensuração da perda de crédito esperada envolve a aplicação de premissas relevantes, tais como: **SPPI Test:** O ativo deve inicialmente passar no teste de *Solely Payments of Principal and Interest*, definido na norma CPC 48, e desta forma classificado para contabilização VJORA. O cálculo de perda de crédito esperada não se aplica a ativos que não se adequam aos requerimentos do *SPPI Test* e/ou que não estejam marcados nessa categoria contábil, sendo a deterioração nas condições de crédito destes instrumentos em princípio já automaticamente refletidas em seu preço de mercado. **Prazo:** A Companhia considera o estágio atual de cada instrumento financeiro para a determinação do horizonte relevante para o cálculo de perda de crédito esperada, sendo assim limitado ao prazo total do instrumento financeiro. Desta forma, ativos alocados no primeiro estágio são calculados levando em conta um período de 12 meses (ou até o vencimento do contrato, o que for menor), e ativos classificados no segundo estágio têm como horizonte de cálculo toda a duração esperada do contrato. Todos os termos contratuais são considerados ao determinar a vida esperada, incluindo opções de pré-pagamento e de rolagem. **Informações prospectivas:** O CPC 48 requer uma estimativa ponderada e imparcial da perda de crédito que incorpore previsões de condições econômicas futuras. A Companhia utiliza informações macroeconômicas prospectivas e informações públicas com projeções elaboradas internamente para determinar o impacto dessas estimativas na determinação da perda de crédito esperada. **Canários de perda ponderados pela probabilidade:** A Companhia utiliza cenários ponderados para determinar a perda de crédito esperada para um horizonte de observação em adequação às normas que regem o cálculo de perda esperada de crédito. **Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito:** Em cada período das demonstrações financeiras, a Companhia avalia se o risco de crédito sobre cada ativo financeiro aumentou significativamente utilizando *triggers* (indicadores) relativos e absolutos por produto. **Aumento significativo no risco de crédito:** A Companhia avalia diversos fatores para determinar um aumento significativo no risco de crédito, tais como: Mudanças significativas na *rating* do emissor do contrato, notícias ou fatos que indiquem deterioração da capacidade de pagamento da contraparte, eventos econômicos que impliquem no aumento de risco de crédito das contrapartes etc. Como fatores para uma mudança de estágio de ativos, de maneira não exaustiva, podemos citar: **Estágio 1 para estágio 2:** Uma deterioração de dois *tranches* no *rating* (por exemplo, de AA+ para AA) do emissor do contrato implica na reclassificação do instrumento do estágio 1 para o estágio 2; neste caso a reclassificação de estágio é feita automaticamente. Uma deterioração ainda não refletida no *rating* do emissor (baseando-se em notícias, eventos macroeconômicos que impliquem na deterioração da capacidade do emissor ou demais informações de mercado em geral) também podem definir, de maneira qualitativa após a análise dos responsáveis pela contabilização dos ativos, a alocação para o estágio inferior.

continua →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

★ continuação

Estágio 2 para estágio 3: *Default* ou iminência de *default* da contraparte; baseando-se em informações de mercado fornecidas por agências de *rating*, notícias, fatos econômicos relevantes ou demais fontes de informação confiáveis, define-se que uma contraparte está em grave situação de capacidade de pagamento ou que já está em inadimplência com este ou qualquer outro instrumento financeiro na qual é parte obrigada a pagamento. Neste caso a reclassificação é feita após a análise das pessoas responsáveis pela contabilização do instrumento. As condições de subida de estágio são simétricas, isto é, cessadas as condições que implicaram no *downgrade* do ativo, este deve ser novamente classificado no estágio original superior. **vi. Perda de crédito esperada para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:** A estimativa de perdas de crédito esperadas deve sempre refletir a possibilidade de que ocorra a perda de crédito e a possibilidade de que não ocorra nenhuma perda de crédito, mesmo se o resultado mais provável for sem perda de crédito. A evidência de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber de seguros diretos, com base na abordagem simplificada em estudo que apura a probabilidade de perda esperada sobre os valores de prêmios a receber e reconhece uma redução ao valor recuperável com resseguradoras com base no modelo de tempo de recuperação pelo valor a recuperar. Portanto, a Companhia apesar de acompanhar as alterações no risco de crédito, reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitaisícias em cada data-base. A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 366 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. **3.3 Ativos e passivos de resseguros:** Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma separada, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exige a Companhia de honrar suas obrigações perante os segurados. Os ativos de resseguro compreendem os prêmios de resseguros diferidos de contratos não proporcionais e os valores a recuperar sobre as indenizações pendentes de liquidação ou pagas aos segurados. Os passivos de resseguro compreendem os prêmios de resseguros a liquidar e as comissões a recuperar sobre os repasses de prêmios conforme os contratos firmados de cessão de riscos. **3.4 Bens à venda (salvados):** Os salvados são avaliados ao valor justo, deduzido das despesas diretamente relacionadas à venda. O valor justo é determinado com base em valores de mercado (Tabela FIPE) ajustados de acordo com os danos apurados em cada veículo e pelo tempo de permanência no estoque. **3.5 Ativo imobilizado:** O ativo imobilizado é registrado pelo custo histórico, deduzido da depreciação acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando resultam em benefícios econômicos futuros mensuráveis com confiabilidade. Despesas de reparo e manutenção são reconhecidas diretamente no resultado do período em que ocorrem. A depreciação é calculada pelo método linear e reconhecida no resultado ao longo da vida útil estimada dos bens. **3.6 Ativo intangível:** São classificados como ativos intangíveis os softwares desenvolvidos internamente, as licenças de uso de softwares de terceiros que não sejam essenciais para o funcionamento dos hardwares, bem como as despesas relacionadas à sua implantação. Os ativos intangíveis são registrados pelo custo histórico, deduzido da amortização acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida pelo método linear, com base em vida útil estimada, sendo apropriada ao resultado do exercício. **3.7 Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas em conformidade com a Circular SUSEP nº 648/21, suas alterações posteriores, e com a Resolução CNSP nº 432/21, observando critérios, parâmetros e fórmulas definidos nas Notas Técnicas Atuariais (NTA). A seguir, descrevem-se as principais provisões: **Provisão de Prêmios Não Ganhos - Riscos Vigentes e Emitidos (PPNG-RVE):** corresponde à parcela da receita a ser apropriada pelo regime de competência, considerando o prazo de cobertura dos riscos assumidos e já emitidos na data-base. É calculada pelo método *pro rata die* sobre o prêmio comercial, incluindo cosseguro aceito, bruto de resseguro e líquido de cosseguro cedido. **Provisão de Prêmios Não Ganhos - Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE):** complementa a PPNG-RVE, abrangendo riscos assumidos cujas apólices ainda não foram emitidas. O cálculo utiliza metodologia baseada em triângulos de *run-off*, considerando o intervalo entre início de vigência e emissão das apólices do histórico de emissões, acrescido das informações conhecidas na data-base. **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL):** refere-se à estimativa de pagamentos para sinistros avisados e pendentes de liquidação, brutos de resseguro e cosseguro aceito e líquidos da recuperação de cosseguro cedido. Os valores são atualizados monetariamente. **Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR):** destinada à cobertura de sinistros já ocorridos e ainda não avisados. É calculada com base em metodologias atuariais consagradas, incluindo Desenvolvimento de Sinistros Avisados (DFM), Sinistralidade Esperada e Bornhuetter-Ferguson (BF), utilizando triângulos de *run-off*. Para sinistros judiciais, aplica-se desconto financeiro sobre fluxos futuros, utilizando taxas prefixadas da Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ). A atualização considera incrementos mensais distintos para carteiras *short tail* e *long tail*. **Ajuste de Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNER):** realizado de forma agregada para sinistros não pagos, com base em metodologias como Desenvolvimento de Sinistros e Bornhuetter-Ferguson. Aplica-se desconto seguindo o mesmo critério descrito em IBNR. A atualização considera incrementos mensais distintos para carteiras *short tail* e *long tail*. **Provisão de Despesas Relacionadas (PDR):** abrange despesas esperadas com sinistros ocorridos, incluindo Despesas Alocáveis (ALAE), Não Alocaáveis (ULAE) e sucumbência. **• ALAE e Sucumbência:** Estimadas com base em histórico e triângulos de *run-off*. **• ULAE:** Calculada pela relação entre despesas e indenizações pagas, via teste de consistência. A atualização é feita por incremento mensal, com rateio entre ALAE, ULAE e sucumbência. **Política de Atualização e Revisão das Metodologias:** As metodologias utilizadas para constituição das provisões técnicas são periodicamente revisadas e atualizadas, conforme exigências regulatórias, evolução da carteira, disponibilidade de novas informações e melhores práticas atuariais. Essas revisões são formalizadas em Notas Técnicas Atuariais (NTA), garantindo aderência às normas da SUSEP e à Resolução CNSP nº 432/21. **3.8 Teste de Adequação dos Passivos (TAP):** Em conformidade com a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores, a Companhia realiza o teste de adequação dos passivos para todos os contratos que atendem à definição de contrato de seguro segundo o CPC 11, vigentes na data-base. Os contratos são agrupados por ramos, conforme a Circular SUSEP nº 682/22, considerando a homogeneidade de riscos. O teste consiste na comparação entre o valor contábil das provisões técnicas e a melhor estimativa dos fluxos de caixa futuros relacionados aos riscos vigentes, trazidos a valor presente com base na Estrutura a Termo de Taxas de Juros (ETTJ), opção prefixada, conforme determinações da SUSEP. Os fluxos incluem sinistros ocorridos (avisados e não avisados), sinistros a ocorrer, despesas administrativas, impostos e recuperações, considerando premissas atuariais fundamentadas em histórico contábil e expectativas de evolução da carteira. Caso seja identificada insuficiência, a Companhia reconhece imediatamente a perda no resultado do período, mediante constituição de provisões adicionais aos passivos de seguros. A referida insuficiência somente deve ser contabilizada se apurada no total, ou seja, considerando a soma de todos os agrupamentos. Para a data-base de 31 de dezembro de 2025, o TAP não indicou necessidade de ajuste nas provisões técnicas. A projeção de sinistros a ocorrer considerou a melhor estimativa de sinistralidade por agrupamento de ramos, baseada em série histórica de até 60 meses, resultando em sinistralidade global de 26,97%. O resultado do TAP de prêmios não registrados foi apurado pela diferença entre os prêmios futuros estimados e os sinistros a ocorrer, acrescidos das respectivas despesas, deduzidos dos custos de aquisição e cancelamento. O resultado consolidado do TAP está apresentado abaixo. Prêmios registrados:

Grupo de ramo	Provisões contabilizadas	Fluxo realista	Suficiência
Automóvel	242.056	164.670	(77.386)
Total	242.056	164.670	(77.386)

 Prêmios não registrados:

Grupo de ramo	Fluxo de caixa estimado
Habitacional	520
Total	520

Política de Atualização e Revisão das Metodologias: As metodologias utilizadas no TAP são revisadas periodicamente, considerando exigências regulatórias, evolução da carteira, disponibilidade de novas informações e melhores práticas atuariais. **3.9 Passivos financeiros:** Os passivos financeiros compreendem, principalmente, contas a pagar, débitos decorrentes de operações de seguros e resseguros e depósitos de terceiros. Esses passivos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis, quando aplicável. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, quando aplicável. As obrigações são baixadas quando liquidadas ou quando não houver expectativa de saída futura de recursos para sua quitação. **3.10 Benefícios a empregados:** Os benefícios concedidos aos empregados são registrados no grupo de Despesas Administrativas, sob a rubrica Despesas com Pessoal, conforme as seguintes técnicas de mensuração: Benefícios de curto prazo e por desligamento são mensurados pelo valor não descontado que se espera pagar quando a obrigação é liquidada. Planos de contribuição definida são reconhecidos pelo valor das contribuições devidas no período. A Companhia não concede benefícios pós-emprego definidos nem planos de remuneração baseados em ações. **3.11 Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder R\$ 20 mil por mês. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com Imposto de Renda e CSLL compreende os valores reconhecidos no resultado, exceto quando os relacionados a liens registrados diretamente no patrimônio líquido. • Imposto corrente: corresponde ao valor a pagar sobre o lucro tributável, calculado com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. • Imposto diferido: reconhecido sobre diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e suas bases fiscais. Um ativo de imposto diferido é reconhecido sobre prejuízos fiscais, bases negativas de CSLL e diferenças temporárias quando for provável a existência de lucros futuros tributáveis suficientes para sua realização. Esses ativos são revisados a cada data de balanço e desreconhecidos quando não houver expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitam sua utilização. **3.12 Provisões judiciais:** As provisões são constituídas pelo valor estimado dos desembolsos relacionados a ações judiciais em curso cuja probabilidade de desembolso futuro seja considerada provável, conforme avaliação da Administração e dos assessores jurídicos. Contingências ativas não são reconhecidas até que haja decisão favorável definitiva ou celebração de acordo. **3.13 Classificação dos contratos de**

seguro: São classificados como contratos de seguro aqueles em que a Companhia assume risco de seguro significativo do segurado, comprometendo-se a indenizá-lo caso ocorra evento futuro, incerto e específico que lhe cause prejuízo. Os contratos de resseguro são tratados como contratos de seguro, por também transferirem risco significativo. **3.14 Mensuração dos contratos de seguros:** As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição são registrados quando da emissão das respectivas apólices ou pelo início de vigência do risco para os riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisições diferidos. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros. As despesas e receitas de resseguros proporcionais são reconhecidas simultaneamente aos prêmios correspondentes, enquanto as relativas a resseguros não proporcionais são apropriadas conforme o período de cobertura dos contratos.

4. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia está exposta a diferentes tipos de riscos, classificados principalmente em: • Risco de seguro (subscrição); • Risco financeiro, composto por risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado; • Risco operacional. A estratégia de gestão de riscos é orientada pela estratégia corporativa e pela capacidade de absorção de riscos, considerando o nível de solvência. Para cada risco, conforme sua natureza e materialidade, são adotados processos específicos de gestão e monitoramento integrado. Esta nota apresenta informações gerais sobre essas exposições e os critérios utilizados para gestão e mitigação. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O mercado de seguros é dinâmico e complexo, exigindo práticas robustas de gestão de riscos. A Companhia adota um modelo integrado, envolvendo Conselho de Administração, Diretoria Executiva e áreas operacionais, com base em políticas e diretrizes que consideram a complexidade dos produtos, serviços e processos. A estrutura segue o modelo de três linhas de defesa: • Primeira linha: áreas de negócio, responsáveis pela identificação, avaliação e mitigação dos riscos. • Segunda linha: áreas de gestão de riscos, controles internos e *compliance*, que monitora a exposição e conformidade. • Terceira linha: auditoria interna, que avalia de forma independente a efetividade dos controles. A Companhia utiliza em parte a Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) de sua controladora (HDI Seguros S.A). Conforme o Estatuto Social, foram instituídos comitês de assessoramento: • Comitê de Auditoria, que atua também como Comitê de Riscos: assessora o Conselho na supervisão da estrutura de gestão de riscos, acompanha auditorias interna e externa e revisa demonstrações financeiras; • Comitê de Remuneração: revisão e gestão da Política de remuneração de administradores, diretores não estatutários e gestores responsáveis pelas funções de controles. Além disso, o Conselho reúne-se periodicamente com a Diretoria para acompanhar a execução da estratégia e deliberar sobre ajustes, incluindo temas de gestão de riscos. Adicionalmente, a Companhia possui Comitês Executivos que auxiliam a Diretoria Executiva na gestão de riscos. **4.1 Gestão de risco de seguro/subscrição:** O risco de seguro decorre da incerteza quanto à ocorrência e severidade de sinistros. O risco de subscrição surge quando os resultados diferem das expectativas da política de subscrição ou das estimativas de provisões técnicas. Principais fatores incluem: • Flutuações na frequência e severidade dos sinistros; • Precificação inadequada; • Políticas de resseguro insuficientes; • Provisões técnicas inadequadas. **Estratégia de subscrição:** Baseada na análise de perfis, histórico de carteiras e variáveis de risco, visando diversificação e equilíbrio da carteira. A Companhia utiliza tecnologia e modelos estatísticos para seleção e precificação dos riscos. **Monitoramento:** A carteira é acompanhada continuamente, com auditoria atuarial independente anual e teste de adequação de passivos, conforme Resolução CNSP nº 432/21. **Resseguro:** Política revisada semestralmente, com contratos

Fluxos de caixa contratuais não descontados

	Até 1 ano	Acima de 1 ano
Ativos financeiros e de contratos de seguro		
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR)	—	—
Quotas de fundos de investimento	—	—
Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	101.099	273.396
Títulos de renda fixa públicos	101.099	273.396
Créditos das operações com seguros e resseguros	44.559	—
Prêmios a receber de segurados	43.843	—
Operações com resseguradoras	716	—
Outros créditos operacionais	610	—
Ativos de resseguro - provisões técnicas	2	—
Títulos e créditos a receber	3.205	—
Outros Valores e Bens	4.445	—
Caixa e equivalentes de caixa	2.009	—
Total dos ativos financeiros	155.929	273.396
Passivos		
Passivos financeiros	51.610	—
Contas a pagar	31.663	—
Débitos das operações com seguros e resseguros	14.902	—
Depósitos de terceiros	5.045	—
Provisões técnicas	468.369	22.895
Outros débitos - provisões judiciais	—	—
Total dos passivos financeiros	519.979	22.895

4.3 Risco de mercado: Decorre de variações em preços de ativos, taxas de juros, moedas e índices. A Companhia utiliza limites, processos e ferramentas para gestão, incluindo *Value at Risk* (VaR) e testes de estresse, conforme práticas de mercado e regulamentação. O VaR do Portfólio de Investimentos em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 50,32 milhões ou 1,22% do total de aplicações para horizonte de tempo de 1 ano e intervalo de confiança de 99%. O resultado do teste de *stress*, nos cenários dados pela B3, é de R\$ 66,6 milhões, ou 1,62% do total das aplicações. **Sensibilidade a taxa de juros:** Para análise de sensibilidade verificamos o resultado da carteira com a oscilação da taxa básica do fator de risco em 100 *basis points*, os quais são demonstrados a seguir para posição em 31 de dezembro de 2025:

Posição	Exposição R\$	Cenário	Efeito
Selic	375.095	elevação de 100 bps	(7.507)
		redução de 100 bps	7.507

4.4 Gestão de risco de crédito: Refere-se à possibilidade de inadimplência de contrapartes. A Companhia monitora ativos financeiros individual e coletivamente, considerando *ratings* de crédito e capacidade financeira. Exposição a prêmios a receber é mitigada por cancelamento de cobertura em caso de inadimplência nos ramos a decorrer. Para resseguradoras, são observados os requisitos da SUSEP e critérios de qualidade de crédito. **Classificação dos ratings dos ativos financeiros:** A tabela a seguir apresenta os ativos financeiros detidos pela Companhia distribuídos por *rating* de crédito obtidos junto a agências renomadas de *rating* (*Fitch Ratings*, *Standard & Poor's* e *Moody's*, entre outras). Os ativos classificados na categoria sem *rating* compreendem substancialmente fundos de investimentos de condomínios abertos, fundos de investimentos em participações e valores a serem recebidos de segurados que não possuem *ratings* de crédito individuais.

				31/12/2025	31/12/2024
Ativos Financeiros/Rating	AAA	AA	Sem rating	Total	Total
A valor justo por meio do resultado	-	-	881	881	8.526
Quotas de fundos de investimentos abertos	-	-	881	881	8.526
Disponíveis para venda	374.495	-	-	374.495	294.102
Letras financeiras do tesouro	374.495	-	-	374.495	294.102
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	2.009	2.009	1.550
Prêmios a receber de segurados	-	-	43.843	43.843	32.874
Operações com resseguradoras	238	331	147	716	364
Total do circulante e não circulante	374.733	331	46.880	421.944	337.416

4.5 Gestão de capital: Objetiva manter níveis adequados para atender aos requerimentos regulatórios (Resolução CNSP nº 432/21) e otimizar retorno aos acionistas. O capital mínimo requerido é apurado com base nos riscos de subscrição, crédito, mercado e operacional. **Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital:** Nos termos da Resolução CNSP nº 432/21 e alterações, as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA), igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR). O CMR é equivalente ao maior valor, entre o capital-base e o capital de risco. A Companhia apura o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado, como demonstrado abaixo:

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a. Composição por categoria

31/12/2025					
Nível hierárquico (1)	Valor do Custo Atualizado	Ajuste a Valor Justo	Valor Justo	Valor Contábil	%
2	881	—	881	881	0,23
1	374.271	224	374.495	374.495	99,77
	374.271	224	374.495	374.495	99,77
	375.152	224	375.376	375.376	100,00
Ativo circulante					
Ativo não circulante					

31/12/2024					
Nível hierárquico (1)	Valor do Custo Atualizado	Ajuste a Valor Justo	Valor Justo	Valor Contábil	%
2	8.526	—	8.526	8.526	2,82
1	8.526	—	8.526	8.526	2,82
	293.994	108	294.102	294.102	97,18
	293.994	108	294.102	294.102	97,18
	302.520	108	302.628	302.628	100,00
Ativo circulante					
Ativo não circulante					

• Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2 - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

proporcionais e não proporcionais, incluindo riscos facultativos, respeitando limites de retenção definidos pela SUSEP. **Prêmios de seguros por região e grupo de ramos:** A tabela a seguir compreende os prêmios de seguros emitidos e RVNE, líquidos de cancelamentos e restituições por região e grupo de ramos onde a Companhia opera:

Bruto de resseguro								
31/12/2025					31/12/2024			
Região geográfica	Automóvel	%	Habitacional	%	Total	%	Total	%
Sudeste	350.836	54%	1.311	100%	352.147	54%	199.406	56%
Sul	125.455	19%	—	—	125.455	19%	71.043	20%
Nordeste	87.749	13%	—	—	87.749	13%	42.048	12%
Centro-Oeste	53.736	8%	—	—	53.736	8%	27.845	8%
Norte	36.469	6%	—	—	36.469	6%	14.635	4%
Total geral...	654.245	100%	1.311	100%	655.556	100%	354.977	100%
Líquido de resseguro								
31/12/2025					31/12/2024			

Região geográfica **Automóvel** **%** **Habitacional** **%** **Total** **%** **Total** **%**
Sudeste 350.476 54% 1.275 97% 351.751 54% 199.013 56%
Sul 125.352 19% — — 125.352 19% 70.931 20%
Nordeste 87.699 13% — — 87.699 13% 41.983 12%
Centro-Oeste 53.692 8% — — 53.692 8% 27.790 8%
Norte 36.448 6% — — 36.448 6% 14.610 4%
Total geral 653.667 100% 1.275 97% 654.942 100% 354.327 100%
Sensibilidade do risco de seguro: A Companhia efetua análise de sensibilidade da sinistralidade considerando cenários (otimista e pessimista) com base na sinistralidade histórica, apresentadas na nota 20.3. A tabela abaixo apresenta o efeito no resultado líquido de imposto em função da variação de um ponto percentual na sinistralidade, apurado na data-base do balanço:

31/12/2025				31/12/2024			
Prêmio ganho bruto		Prêmio ganho líquido		Prêmio ganho bruto		Prêmio ganho líquido	
aumento de 1% no prêmio ganho bruto de resseguro		aumento de 1% no prêmio ganho líquido de resseguro		aumento de 1% no prêmio ganho bruto de resseguro		aumento de 1% no prêmio ganho líquido de resseguro	
Automóvel		409.669		409.082		4.097	
Habitacional		1.311		1.284		13	
Total		410.980		410.366		4.104	

		Efeito de aumento de 1% no prêmio ganho bruto de resseguro		Efeito de aumento de 1% no prêmio ganho líquido de resseguro	
	Prêmio ganho bruto	Prêmio ganho líquido			
Ramos atuação					
Automóvel	298.683	298.034	2.987		2.980
Habitacional	4	4	—		—
Total	298.687	298.038	2.987		2.980

Continuação

16. PROVISÕES TÉCNICAS

a. Composição

	31/12/2025		31/12/2024	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	459.714	459.712	215.140	215.139
Provisão de sinistros a liquidar	23.017	23.017	29.033	29.033
Provisão de despesas relacionadas	4.152	4.152	1.917	1.917
Provisão de Sinistros Ocorridos e não avisados	4.381	4.381	5.697	5.696
Total	491.264	491.262	251.787	251.785
Circulante	468.369	468.367	222.626	222.624
Não circulante	22.895	22.895	29.161	29.161

b. Abertura por ramo

	Provisão de prêmios não ganhos			
	31/12/2025	31/12/2024		
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Automóvel	459.714	459.712	215.140	215.139
Total	459.714	459.712	215.140	215.139

Provisão de sinistros a liquidar

	31/12/2025		31/12/2024	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Automóvel	23.017	23.017	29.033	29.033
Total	23.017	23.017	29.033	29.033

Provisão de despesas relacionadas

	31/12/2025		31/12/2024	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Automóvel	4.152	4.152	1.917	1.917
Total	4.152	4.152	1.917	1.917

Provisão de Sinistros Ocorridos e não avisados

	31/12/2025		31/12/2024	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Automóvel	4.381	4.381	5.697	5.696
Total	4.381	4.381	5.697	5.696

c. Movimentação

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de Sinistros Ocorridos e não avisados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	215.140	29.033	1.917	5.697	251.787
Constituição/Reavaliação de provisões	696.696	750	6.768	520	704.734
Reversão de provisões	(452.122)	(835)	(99)	(1.836)	(454.892)
Provisões pagas	–	(5.375)	(4.439)	–	(9.814)
Atualização monetária, juros e oscilação cambial	–	(556)	5	–	(551)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	459.714	23.017	4.152	4.381	491.264
Passivo circulante					468.369
Passivo não circulante					22.895

d. Garantia das provisões técnicas:

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	31/12/2025	31/12/2024
Provisões técnicas	491.264	251.787
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	–	(1)
Direitos creditórios	(33.784)	(25.813)
Custos de aquisição diferidos redutores	(134.548)	(40.564)
Total a ser coberto (a)	322.932	185.410
Bens vinculados oferecidos para cobertura (b)	375.376	197.720
Ativos livres	–	104.908
Aplicações financeiras (nota 5a)	375.376	302.628
Excedente (b-a)	52.444	12.310

e. Desenvolvimento de sinistros:

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o desenvolvimento das reavaliações estimadas dos sinistros já avisados ao longo dos anos até a sua liquidação em relação à sua estimativa inicial. A tabela de estimativas de sinistros demonstra na primeira linha o valor da estimativa inicial, registrada na provisão de sinistros a liquidar, e nas linhas subsequentes os valores das reavaliações reestimadas ao longo dos anos. A tabela de pagamentos de sinistros demonstra os montantes liquidados em cada momento desde o registro da estimativa inicial na Companhia. A provisão de IBNER apresentada na tabela é atuarialmente constituída para dar cobertura ao desenvolvimento dos sinistros. A tabela de estimativas de sinistros líquidos de resseguro apresentará os mesmos valores da tabela dos sinistros brutos de resseguro, uma vez que não tivemos sinistros que atingissem a prioridade de resseguro.

	Bruto de resseguro		Líquido de resseguro	
Provisão de sinistros a liquidar		23.017		23.017
(–) IBNER		(4.040)		(4.040)
Provisão de sinistros a liquidar		18.977		18.977
(+) Estimativa de salvados		4.038		4.038
(–) Correção monetária e juros		(161)		(161)
(–) Outras estimativas		(1)		–
(–) Provisão de sinistros a liquidar de anos anteriores a 2025		(4.723)		(4.723)
Passivo apresentado na tabela de desenvolvimento de sinistros		18.130		18.131

Sinistros avisados brutos de resseguro - administrativos

	07/2025	08/2025	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025	Total
No mês de cadastro	11.298	11.077	10.980	10.233	9.304	10.027	10.027
1 mês depois	11.309	10.576	10.851	9.839	9.146		9.146
2 meses depois	11.314	10.381	10.867	9.837			9.837
3 meses depois	11.002	10.395	10.300				10.300
4 meses depois	10.787	10.123					10.123
5 meses depois	10.753						10.753
Estimativa acumulada na data-base	10.753	10.123	10.300	9.837	9.146	10.027	60.186
Diferenças entre estimativas finais e iniciais	(545)	(954)	(680)	(396)	(158)		
Pagamentos acumulados na data-base	(10.536)	(9.584)	(9.370)	(7.572)	(5.111)	(344)	(42.517)
Passivo representado no quadro	217	539	930	2.265	4.035	9.683	17.669

Sinistros avisados brutos de resseguro - judiciais

	07/2025	08/2025	09/2025	10/2025	12/2025	Total
No mês de cadastro				68	7	55
1 mês depois		1		80	7	7
2 meses depois		1	14	94	62	62
3 meses depois		4	105	205		205
4 meses depois		10	108			108
5 meses depois		40				40
Estimativa acumulada na data-base		40	108	205	62	55
Diferenças entre estimativas finais e iniciais		40	108	137	55	
Pagamentos acumulados na data-base				(8)		(8)
Passivo representado no quadro		40	108	197	62	55

Sinistros avisados líquidos de resseguro - administrativos

	07/2025	08/2025	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025	Total
No mês de cadastro	11.298	11.077	10.980	10.233	9.304	10.027	10.027
1 mês depois	11.309	10.576	10.851	9.839	9.146		9.146
2 meses depois	11.314	10.381	10.867	9.837			9.837
3 meses depois	11.002	10.395	10.300				10.300
4 meses depois	10.787	10.123					10.123
5 meses depois	10.753						10.753
Estimativa acumulada na data-base	10.753	10.123	10.300	9.837	9.146	10.027	60.186
Diferenças entre estimativas finais e iniciais	(545)	(954)	(680)	(396)	(158)		
Pagamentos acumulados na data-base	(10.536)	(9.584)	(9.370)	(7.572)	(5.111)	(344)	(42.517)
Passivo representado no quadro	217	539	930	2.265	4.035	9.683	17.669

Sinistros avisados líquidos de resseguro - judiciais

	07/2025	08/2025	09/2025	10/2025	12/2025	Total
No mês de cadastro				68	7	55
1 mês depois		1		80	7	7
2 meses depois		1	14	94	62	94
3 meses depois		4	105	205		105
4 meses depois		10	108			10
5 meses depois		40				40
Estimativa acumulada na data-base		40	108	205	62	55
Diferenças entre estimativas finais e iniciais		40	108	137	55	
Pagamentos acumulados na data-base				(8)		(8)
Passivo representado no quadro		40	108	197	62	55

17. PROVISÕES JUDICIAIS

a. Cíveis

	31/12/2025			31/12/2024		
	Quantidade de processos	Valor pleiteado	Valor provisionado	Quantidade de processos	Valor pleiteado	Valor provisionado
Probabilidade de perda						
Provável	29	262	268	35	272	287
Total	29	262	268	35	272	287

Até a data do balanço não há processos de provisões judiciais classificados como possíveis.

b. Provisão de sinistros judiciais

	31/12/2025			30/12/2024		
	Quantidade de processos	Valor pleiteado	Valor provisionado	Quantidade de processos	Valor pleiteado	Valor provisionado
Probabilidade de perda						
Provável	9	206	322	9	477	310
Possível	154	9.896	3.291	54	4.281	1.061
Remota	40	1.241	241	33	1.572	286
Total	203	11.343	3.854	96	6.330	1.657

c. Movimentação das provisões judiciais

	Cíveis	Sinistros judiciais
Saldos em 31 de dezembro de 2024	287	1.657
Constituições	1.008	4.335
Reversões	(596)	(794)
Atualização monetária	35	152
Baixas por pagamento	(466)	(1.496)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	268	3.854

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social:

O capital social no montante de R\$ 41.000 (mesmo montante em 2024), totalmente subscrito e integralizado, é representado por 44.903.896 (mesmo montante em 2024) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Não houve movimentação no exercício.

b. Reserva legal: A Reserva Legal é constituída na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para compensação de prejuízos ou para aumento de capital social.

c. Reserva de retenção de lucros: "Refere-se à soma das parcelas não distribuídas do resultado segundo deliberação dos acionistas de forma a manter a companhia capitalizada e atender às exigências de capital. A constituição das reservas de lucros é feita com até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição da reserva legal, efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social." Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui saldo de reserva de lucros no montante de R\$ 72.351 (R\$ 71.745 em 2024), sendo reserva estatutária R\$ 62.794 (R\$ 65.837 em 2024) e reserva legal R\$ 9.557 (R\$ 5.908 em 2024).

d. Dividendos e juros sobre o capital próprio: O estatuto social da Companhia determina o pagamento aos acionistas de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a Lei das Sociedades Anônimas. Em duas Assembleias Gerais Extraordinárias (AGES) realizadas ao longo do exercício foram deliberados e aprovados os pagamentos de juros sobre o capital próprio no montante total de R\$ 9.765 e dividendos no montante total de R\$ 7.209 sobre lucros do exercício. Além disso a Companhia declarou dividendos sobre as reservas de lucros dos exercícios anteriores no montante de R\$ 55.398, mantendo a solvência em níveis adequados.

Assembleia Geral Extraordinária 2025
AGE de 11 de abril de 2025..... 29.012
AGE de 23 de dezembro de 2025 43.360

19. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADOS

19.1 Prêmios emitidos:

Os prêmios auferidos compreendem os prêmios de seguros emitidos, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de prêmios a congêneres. Os valores dos principais grupos de ramos de seguro estão assim compostos:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Prêmios auferidos	Prêmios emitidos líquidos (1)	Prêmios auferidos	Prêmios emitidos líquidos (1)
Automóvel	654.245	654.245	354.973	354.974
Patrimonial	1.311	1.311	4	4
Total	655.556	655.556	354.977	354.977

(1) Os prêmios líquidos de resseguros estão assim compostos:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Automóvel	654.245	578	653.667	650
Habitacional	1.311	36	1.275	–
Total geral	655.556	614	654.942	650

19.2 Variações das provisões técnicas de prêmios:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	(244.576)	(244.576)	(56.290)	1
Total da variação das provisões técnicas	(244.576)	(244.576)	(56.290)	1

19.3 Sinistros ocorridos:

	Bruto de resseguro		Líquido de resseguro	
	Sinistro retido	Sinistralidade	Sinistro retido	Sinistralidade
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Automóvel	(87.359)	(107.910)	21,3%	36,0%
Habitacional	(28.329)	–	2.160,9%	0,0%
Total	(115.688)	(107.910)	2.182,2%	36,0%

19.4 Custo de aquisição

	Índice de comissionamento	
	31/12/2025	31/12/2024
Automóvel	(133.691)	(66.963)
Habitacional	(438)	(1)
Total	(134.129)	(66.964)

19.5 Outras receitas e despesas operacionais

Despesas operacionais

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas técnicas com análise de riscos	(3.578)	(4.174)
Contingências cíveis	(982)	(820)
Despesas com cobranças	(649)	–
Redução ao valor recuperável	(199)	(204)
Outras receitas e despesas	(7.471)	(3.250)
Total	(12.879)	(8.448)

19.6 Resultado com resseguro

	31/12/2025	31/12/2024
Receita com resseguro	(127)	334
Indenizações de sinistros	(127)	333
Despesas com sinistros	–	1
Despesa com resseguro	(614)	(649)
Prêmios de resseguro	(614)	(650)
Variação da provisão de prêmios não ganhos	–	1
Total de Resultado com resseguro	(741)	(315)

19.7.1 Despesas administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal próprio	(8.041)	(8.481)
Serviços de terceiros	(16.579)	(18.222)
Localização e funcionamento	(1.705)	(1.763)
Publicidade e propaganda	(528)	(1.532)
Contribuições e doativos	(1.142)	(721)
Despesas compartilhadas HDI Seguros (vide nota 20.a)	(31.392)	(20.183)
Outras despesas administrativas	(23)	(46)
Total	(59.410)	(50.948)

19.7.2 Despesas com tributos

	31/12/2025	31/12/2024
COFINS	(13.455)	(8.932)
PIS	(2.186)	(1.451)
Taxa de fiscalização	(1.103)	(1.103)
Impostos federais	(26)	(170)
Outros	7	(15)
Total	(16.763)	(11.671)

19.8 Resultado financeiro

Receitas financeiras

	31/12/2025	31/12/2024
Rendimentos títulos da dívida pública	44.846	29.934
Rendimentos fundos de investimentos	42.697	23.717
Receita com operações de seguros	675	5.095
Outras receitas financeiras	1.474	931
Despesas financeiras	–	191
Redução com valor recuperável por perdas esperadas	(884)	(1.108)
Despesas com operações de seguros	(1)	(2)
Outras despesas financeiras	(827)	(462)
Total de resultado financeiro	(56)	(644)

19.9 Imposto de renda e contribuição social:

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações do resultado, como segue:

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes dos impostos e participações	115.403	81.257	115.403	81.257
Participações sobre o lucro	(1.097)	(1.362)	(1.097)	(1.362)
Juros sobre capital próprio	(9.765)	(5.060)	(9.765)	(5.060)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	104.541	74.835	104.541	74.835
Adições e exclusões temporárias	(25)	2.490	(25)	2.490
Adições e exclusões permanentes	2.047	199	1.446	651
Resultado fiscal do exercício	106.563	77.524	105.662	77.976
Tributos calculados pelas alíquotas oficiais (nota 3.11)	(26.617)	(19.358)	(15.849)	(11.697)
Tributos diferidos sobre adições/exclusões temporárias	(6)	623	(4)	374
Incentivos fiscais	1.148	680	–	–
Ajustes Anos Anteriores	–	662	–	397
Encargos sobre o resultado do exercício (1)	(25.475)	(17.393)	(15.853)	(10.926)

(1) A alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social é de 36,16% em 2025 (36,97% em 2024).

20. PARTES RELACIONADAS

As transações com empresas que estão sob o controle societário do Grupo Talanx e Banco Santander são realizadas em condições comutativas a preços, prazos e taxas normais de mercado sendo efetuadas em condições semelhantes às que seriam aplicadas entre partes não relacionadas, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05. As transações estão demonstradas a seguir:

a. Composição

	31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita/(Despesa)	Receita/(Despesa

★ continuação

SANTANDER AUTO S.A.		
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA
Eduardo Stefanello Dal Ri - Presidente Denis Ferro Junior - Vice-Presidente Cezar Augusto Janikian - Membro Efetivo Reinaldo Amorim Lopes - Membro Efetivo		Rafael de Gouveia Ramalho Diretor Presidente / Diretor Técnico
Rogério do Nascimento - Contador - CRC 1SP259014/O-4		Gustavo da Rocha Rodrigues Diretor Administrativo-Financeiro
Igor Di Beo - Membro Suplente Eduardo Alvarez Garrido - Membro Suplente Marcos Machini - Membro Suplente Enrique Cesar Suarez Fragata Lopes - Membro Suplente		Karen Ferraz de Aguiar Schiavon Diretora de Controles Internos
Mirela Barboza Pontes - Atuária Responsável Técnico - MIBA 1916		
O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 da HDI Seguros S.A.		

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
Aos Administradores e Acionistas Santander Auto S.A. Opinião Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Auto S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Seguradora em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais Assuntos de Auditoria Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.	Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

Assuntos

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Mensuração das Provisões Técnicas (Notas 3.7, 3.8 e 16)

A Seguradora possui passivos relacionados a contratos de seguros denominados Provisões Técnicas, dentre elas destacamos a Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG), Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR) e a Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), bem como efetua testes para avaliar a suficiência das mesmas por meio do Teste de Adequação de Passivos (TAP). O processo de determinação e mensuração das provisões técnicas requer julgamentos e envolvimento de atuários na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, estimativas quanto ao desenvolvimento dos prêmios emitidos, sinistros incorridos e pagos, e taxa de desconto. Devido à relevância das provisões técnicas oriundas dos contratos de seguros e o impacto que eventuais mudanças nas premissas destas provisões poderiam causar nas demonstrações financeiras, consideramos essa uma área de foco em nossa auditoria.

Em conjunto com nossos especialistas da área atuarial, efetuamos, entre outros procedimentos, a avaliação da razoabilidade das metodologias e premissas utilizadas pela administração na mensuração das provisões técnicas e do Teste de Adequação de Passivos (TAP), tais como a seleção de fatores de desenvolvimento de prêmios emitidos e sinistros incorridos e pagos, e taxa de desconto, e comparamos, quando aplicável, com as premissas utilizadas pelo mercado e/ou com os dados históricos da Seguradora. Nossos procedimentos incluíram também a confirmação de que as metodologias foram implementadas substancialmente, de acordo com as notas técnicas atuariais vigentes, pela Seguradora para as provisões de PPNG, IBNR e PSL. Quanto às bases de dados utilizadas na mensuração das provisões técnicas, efetuamos teste, em base amostral, da acuracidade das informações dos campos críticos utilizados na mensuração dessas provisões técnicas. Consideramos que as metodologias e premissas utilizadas na mensuração dessas provisões técnicas são consistentes com as informações obtidas no curso de nossa auditoria.



ERNST & YOUNG

Serviços Atuariais SS, CIBA 57

CNPJ 03.801.998/0001-11

Endereço: Av.: Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 - SP

Corporate Tower - Torre Norte - andar 6 - conj. 61,

Vila Nova Conceição, CEP: 04543-907, São Paulo.

Anexo ao Parecer dos Atuários Auditores Independentes

(A publicação desse Anexo, juntamente com as Demonstrações Financeiras, é facultativa)

Demonstrativo dos Valores Sujeitos à Auditoria Atuarial em 31/12/2025

Provisões Técnicas	Em Milhares de R\$
Provisão de Prêmios Não Ganhos	459.714
Provisão de Sinistros a Liquidar	23.017
Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados	4.381
Provisão de Despesas Relacionadas	4.152
Total de Provisões Técnicas	491.264
Valores Redutores da Cobertura Financeira das Provisões Técnicas	Em Milhares de R\$
Direitos Creditórios	33.784
Custos de Aquisição Diferidos Redutores de PPNG	134.548
Total de Valores Redutores de Provisões Técnicas	168.332
Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido	Em Milhares de R\$
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	154.019
Capital Base (b)	15.000
Capital de Risco - Subscrição (c)	99.868
Capital de Risco - Crédito (d)	2.979
Capital de Risco - Operacional (e)	3.296
Capital de Risco de Mercado (f)	1.396
Redução por Correlação dos Riscos (g)	(2.490)
Capital de Risco (h) = (c)+(d)+(e)+(f)+(g)	105.049
Capital Mínimo Requerido (i) = Maior entre (b) e (h)	105.049
Suficiência do PLA (a) - (i)	48.970

• Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificados durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026	
	Emerson Laerte da Silva Contador CRC 1SP171089/O-3



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.

Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:

<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>